

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:	Gerência de Benefícios Eventuais
1.3. Fundamentação legal:	Licitação, na modalidade de pregão eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I, através do sistema de registro de preços, nos termos dos artigos 78 e 84, todos da Lei nº 14.133/2021
1.4. Período:	1 (um) ano, nos termos do artigo 84, da Lei nº 14.133/2021
1.5. Tipo	Menor preço global por lote, nos termos do artigo 33, da Lei nº 14.133/2021

1.6. Serviços funerários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE	QTDE
LOTE ÚNICO				
01	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, padrão assistencial, com o fornecimento de artefatos para a realização de um funeral compreendendo: urna funerária, material para ornamentação da urna, véu, velas ou lâmpadas incandescentes, material para assepsia do corpo e limpeza dos ambientes, EPI descartável e outros não especificados, contudo necessários a realização do funeral, conforme referências do item 1 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	4170	UNIDADE	117
02	Tanatopraxia até 24 horas, conforme referências do item 5 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	4170	UNIDADE	47
03	Translado terrestre, remoção do corpo, do local do óbito ou em que foi velado, de um município a outro, por via terrestre, em veículo destinado exclusivamente a este fim, para ser sepultado, quando estes forem localizados em outros Municípios, nos limites do território nacional, conforme referências do item 13 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	4170	KM	11.700



1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.8.1. Em razão da natureza contínua dos serviços, poderá haver prorrogação contratual nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, o interesse da Administração e a vantajosidade da prorrogação, devidamente motivada.

1.9. Trata-se de serviço de bem comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.10. Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

1.11. O serviço funerário objeto deste Termo de Referência deverá contemplar: o fornecimento de artefatos para a realização de um funeral conforme descrito no item 1.6 deste instrumento, bem como, todos os materiais e equipamentos necessários à realização do cerimonial, traslado de corpo por via terrestre e procedimentos de tanatopraxia.

1.12. Entende-se como serviço funerário ou funeral, o fornecimento de artefatos tais quais: urna funerária, material para ornamentação da urna, véu, velas ou lâmpadas incandescentes, material para assepsia do corpo e limpeza dos ambientes, EPI descartável e outros produtos não especificados, contudo necessários ao funeral.

1.13. Entende-se por cerimonial a organização e gerenciamento das homenagens póstumas, compreendendo: montagem e desmontagem de equipamento ESSA, se necessário, assistência às pessoas durante as homenagens póstumas, cortejo fúnebre do local do velório até o do sepultamento (perímetro urbano), acompanhamento e guarda do corpo até o encerramento do funeral, disponibilização de 01 (uma) coroa de flores e seu devido posicionamento e posterior transporte ou remoção.

1.14. Entende-se por traslado terrestre a remoção do corpo, do local do óbito ou em que foi velado, de um município a outro, por via terrestre, em veículo destinado exclusivamente a este fim, para ser sepultado, quando estes forem localizados em outros Municípios, nos limites do território nacional.

1.15. Entende-se por tanatopraxia a atividade própria do funerário realizada para retardar o processo biológico natural de decomposição do corpo, somente pelo período em que este será removido e velado, proporcionando uma apresentação mais adequada e digna, sem que haja alterações significativas no corpo velado, conforme referenciais ABREDIF.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Contratação aqui pretendida é de fundamental importância e tem por finalidade garantir o atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses benefícios são regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e visam suprir situações emergenciais que envolvem vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, baseada nas seguintes justificativas:

2.1.1. Garantia de Dignidade e Direitos Humanos

- Proporciona um funeral digno às famílias que enfrentam a perda de um ente querido, independentemente de sua condição econômica.
- Assegura o cumprimento do direito social de proteção em situações emergenciais, conforme previsto pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

2.1.2. Redução do Impacto Psicológico e Social

- Mitiga os efeitos da exclusão social em um momento de grande fragilidade emocional.



- Oferece suporte para que as famílias possam lidar com o luto sem a sobrecarga de preocupações financeiras relacionadas ao sepultamento.

2.1.3. Prevenção de Agravamento da Vulnerabilidade Social

- Evita que famílias já em situação de pobreza enfrentem endividamento ou agravamento de sua condição financeira para custear despesas funerárias.
- Contribui para a estabilização social ao oferecer suporte imediato em situações críticas.

2.1.4. Fortalecimento da Política de Assistência Social

- Demonstra a eficiência e o alcance da política pública, reforçando a credibilidade e a legitimidade do SUAS.
- Promove a inclusão social, reduzindo desigualdades e ampliando a cobertura de atendimento às famílias em vulnerabilidade.

2.1.5. Agilidade e Eficiência no Atendimento

- Garante que as demandas emergenciais sejam tratadas com rapidez e respeito, prevenindo atrasos que possam gerar maior sofrimento às famílias.
- Contribui para a organização e planejamento da gestão pública, ao padronizar e qualificar os serviços oferecidos.

2.1.6. Fomento à Solidariedade e Humanização

- Estimula uma sociedade mais solidária ao reforçar a importância da assistência social em momentos de maior necessidade.
- Humaniza o atendimento ao considerar as necessidades emocionais e culturais das famílias enlutadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A contratação de serviços funerários pela Administração Pública requer a observância a diversos princípios da legislação vigente, como legalidade, eficiência, publicidade, e economicidade, de forma a garantir a melhor utilização dos recursos públicos e a qualidade do atendimento à população. Nesse contexto, a modalidade de pregão eletrônico, utilizando o sistema de registro de preços (SRP) e o critério de julgamento do menor preço global por lote, se apresenta como a melhor alternativa para o fornecimento desses serviços.

Primeiramente, a modalidade de pregão eletrônico é amplamente reconhecida por sua capacidade de proporcionar maior competitividade e transparência no processo licitatório. Ao ser realizado de forma eletrônica, o pregão permite a ampla participação de fornecedores, assegurando que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa em termos de custo-benefício. O uso da internet como plataforma de disputa elimina barreiras geográficas e promove um ambiente mais democrático, facilitando o acesso de empresas de diferentes regiões ao processo licitatório.

Além disso, a modalidade de pregão eletrônico oferece uma grande vantagem no que diz respeito à transparência e controle, princípios essenciais na Administração Pública. Todos os atos do processo licitatório são registrados de forma eletrônica e ficam disponíveis para consulta pública, garantindo que a escolha do fornecedor seja feita de acordo com critérios claros e acessíveis a todos os interessados. Isso fortalece o controle social e facilita a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos.

A adoção do sistema de registro de preços (SRP), por sua vez, oferece a flexibilidade necessária para atender à natureza imprevisível e emergencial da demanda por serviços funerários. Como esse tipo de serviço é caracterizado por ser de caráter urgente e muitas vezes imprevisível, o SRP permite que a Administração Pública registre preços para a contratação conforme a necessidade real de cada situação, sem a necessidade de uma nova licitação para cada novo ocorrido. Isso otimiza o tempo e recursos da Administração Pública, garantindo que os serviços sejam prestados de forma contínua e sem interrupções. Ademais, permite a economia de escala, pois a Administração pode contratar serviços com preços previamente registrados e, ao longo da vigência do registro, fazer novas aquisições conforme a demanda,

sem a necessidade de novas licitações. O uso dessa modalidade reduz os custos operacionais da Administração Pública, uma vez que a licitação é feita de maneira concentrada, sem a necessidade de múltiplos processos licitatórios.

Ao adotar essa modalidade de contratação, a Administração Pública não apenas cumpre os requisitos legais, mas também assegura a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, de forma eficiente e econômica. O processo de pregão eletrônico com SRP oferece as condições ideais para garantir a escolha de fornecedores qualificados, comprometidos com a qualidade do serviço, e que atendem às necessidades da população de maneira célere e eficaz, especialmente em momentos de urgência.

A opção pelo critério de menor preço global por lote é justificável, pois os serviços funerários envolvem diversos componentes interdependentes, como o transporte de corpos, o fornecimento de caixões, velórios e sepultamentos, entre outros. Ao contratar um lote completo, a Administração Pública garante a integração dos serviços, permitindo que o fornecedor apresente uma proposta vantajosa para o conjunto de serviços, o que pode resultar em economias de escala e em uma negociação mais eficiente. Isso também simplifica a gestão contratual, uma vez que haverá um único fornecedor responsável pelo fornecimento de todos os serviços necessários, diminuindo a complexidade administrativa.

O critério de menor preço global por lote também facilita a fiscalização e o monitoramento da execução contratual. Com um único fornecedor responsável pelo lote completo, a Administração Pública consegue acompanhar com mais eficiência a entrega dos serviços, sem a complexidade de gerenciar múltiplos contratos. Isso proporciona maior controle sobre o cumprimento das obrigações e a qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que garante o melhor preço.

Em termos de economia de recursos, o critério de menor preço global por lote propicia condições mais vantajosas para a Administração Pública, pois ao contratar um pacote completo de serviços, o fornecedor pode oferecer preços mais baixos devido ao volume agregado. Essa estratégia pode resultar em uma significativa redução nos custos unitários, maximizando a utilização dos recursos públicos disponíveis para essa finalidade.

Logo, conclui-se que a adoção do procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o sistema de registro de preços e o critério de menor preço global por lote para o fornecimento de serviços funerários, visa atender à necessidade de eficiência, transparência e economia na gestão dos recursos públicos. Esse modelo de licitação garante a melhor qualidade dos serviços contratados, assegura o cumprimento das necessidades da população e facilita o processo de fiscalização, tornando a gestão pública mais ágil, flexível e responsável.

Ademais, essa forma de contratação está em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as novas normas de licitações e contratos administrativos, permitindo a escolha do critério de menor preço global quando tal modalidade for mais vantajosa para a Administração Pública, especialmente em casos de serviços interdependentes como os funerários.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e a solução disponível no mercado mais adequada se encontra na realização de procedimento licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de julgamento do menor preço global por lote, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Da sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



4.1.1.1.1. Como descrito no Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.1.1.2. Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

4.1.2. Da não indicação de marcas ou modelos:

4.1.2.1. Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

4.1.3. Da inexigência de amostra:

4.1.3.1. Não será exigida a apresentação de amostra.

4.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. O prazo de prestação dos serviços é de imediato, contado do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

5.2. Caso não seja possível a prestação dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

5.3.1. Capela Mortuária própria do Município de Nova Friburgo, situado na Rua Modesto de Melo, s/nº, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.613-180.

5.3.2. Nos limites do território nacional, no caso de traslado terrestre, quando estes forem localizados em outros Municípios.

5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 1 (um) hora, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (duas) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

6.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

6.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.11.1. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes do Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11.2. *Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.*

6.11.3. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.11.4. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.11.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.12. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

6.12.1. Atestar as faturas/notas fiscais da Contratada oriundas da realização dos serviços licitados.

6.12.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à Contratada.

6.12.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.12.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da Contratada.

6.12.5 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.5.1. Realização de avaliação da execução do objeto através do IMR (Instrumento de Medição de Resultado), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.12.5.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação de serviços.

6.12.5.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII - A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.12.5.4. Não produziu os resultados acordados;

6.12.5.5. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.12.5.6. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ: 07.293.841/0001-83, no Endereço: Alameda Eduardo Guinle, nº 137, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.625-130.

7.2. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

7.2.1. Capela Mortuária própria do Município de Nova Friburgo, situado na Rua Modesto de Melo, s/nº, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.613-180.

7.2.2. Nos limites do território nacional, no caso de traslado terrestre, quando estes forem localizados em outros Municípios.

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. *A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html*

7.3.2. *Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html*

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o Contratante efetuar o pagamento do valor devido.

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação jurídica:

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no



Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;



8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133,

de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:



- 9.1.1.** atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- 9.1.2.** ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 9.1.3.** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência na prestação dos serviços contratados objeto do edital;
- 9.1.4.** reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) inerentes à prestação dos serviços em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 9.1.5.** providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da execução dos serviços;
- 9.1.6.** apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos inerentes à prestação dos serviços, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- 9.1.7.** não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8.** manter, durante a vigência do contrato ou da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.9.** a estender aos Contratos ou Atas, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- 9.1.10.** responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 9.1.11.** responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 9.1.12.** mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na prestação dos serviços, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos inerentes ao objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 9.1.13.** manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 9.1.14.** Dispor de um Diretor ou Responsável Técnico para supervisão dos serviços. Este deverá ter a competência mínima disposta no Manual do Diretor Funerário da Associação Brasileira de Empresas e Diretores do Serviço Funerário - ABREDIF;
- 9.1.15.** Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser utilizado na execução dos serviços;
- 9.1.16.** Fornecer insumos e outros materiais necessários à plena execução do funeral;
- 9.1.17.** Durante o período que decorrerá entre o início e término de vigência da Ata de Registro de Preços, a Contratada deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência para acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;
- 9.1.18.** Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;
- 9.1.19.** Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e termos dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s)



responsável(s) técnico(s), especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executado;

9.2. Do Contratante:

9.2.1. comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas a execução dos serviços contratados;

9.2.2. efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4. rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5. observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7. prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8. demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;



10.3.2.1. compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2. compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.6. as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7. as sanções previstas nos itens 10.3.1, 10.3.3 e 10.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 10.3.2, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.8. a aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 188.965,81 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária:	Gerência de Benefícios Eventuais
Fonte de Recursos:	1500/1661
Programa de Trabalho:	36001.0824400932.233
Natureza da Despesa:	3.3.90.39.19

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O serviço objeto do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.



13.2. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Nova Friburgo/RJ, 20 de maio de 2025.

UNIDADE REQUISITANTE:	ELABORADORA SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UNIDADE REQUISITANTE ATRAVÉS DO DFD / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
<div>Angelica Medeiros Polo Gerente de Benefícios Eventuais Mat. 63.523</div> <div>Edilene Gorete Torres Laeth Gerente de Proteção Social Básica Mat. 63.360</div>	<div>Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647</div> <div>Visto e revisado por Monara Tavares da Silva Cunha Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511</div>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo ☒ **PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518